

Vitória (ES), Quarta-feira, 07 de Junho de 2017.

realização para solução do litígio.

No exercício da jurisdição, o julgador administrativo não exerce o controle de constitucionalidade da lei, conforme Súmula n.º 004/2015, do Conselho Estadual de Recursos Fiscais, publicada no Diário Oficial do Estado em 13/10/2015, no tocante à alegação de violação ao princípio de não confisco.

No caso dos autos, o próprio sujeito passivo reconhece que não era utilizado o CIAP - Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente, para realizar o controle de créditos provenientes de aquisições de bens destinados ao ativo permanente, conforme determina o artigo 83, §3º, do RICMS-ES/2002, e desta forma, seja qual for o instrumento utilizado para realizar tal controle, o mesmo não possui qualquer previsão legal.

O ilícito restou provado e caracterizado nos autos, pelo creditamento indevido de ICMS, tendo em vista a falta de escrituração no Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP), condição necessária para apropriação do crédito imobilizado, razão pela qual, procede a ação fiscal.

DECISÃO

ACORDA a Segunda Câmara de Julgamento do Conselho Estadual de Recursos Fiscais em conhecer do recurso e, à unanimidade, negar-lhe provimento, para manter a decisão de primeira instância, que julgou procedente a ação fiscal e subsistente o auto de infração, de conformidade com o relatório e voto do conselheiro relator, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Vitória, 02 de Junho de 2017.
GUSTAVO ASSIS GUERRA
Presidente
HENRIQUE ÂNGELO DENÍCOLI JÚNIOR
Relator
FRANCISCO AUGUSTO TEIXEIRA DE CARVALHO
Procurador - Representante da Fazenda Pública Estadual
Protocolo 319327

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS FISCAIS RECURSO VOLUNTÁRIO

**ACÓRDÃO N.º 0230/2017
DA SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO**

PROCESSO N.º: 39621812
- Processos n.ºs 40185877 e 73917613
CERF 0699/2016
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.038.373-7
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 082.123.56-0
RECORRENTE: SERTRADING BR LTDA
RECORRIDA: QUARTA TURMA DE

JULGAMENTO DA GETRI

EMENTA: OMISSÃO DE RECEITA - FALTA DE EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL - SAÍDA DE MERCADORIAS - ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS - ILICITUDE NÃO CARACTERIZADA - AÇÃO FISCAL IMPROCEDENTE - RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO - DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA REFORMADA.

No exercício da jurisdição, o julgador administrativo não exerce o controle de constitucionalidade da lei, conforme Súmula n.º 004/2015 do Conselho Estadual de Recursos Fiscais, no tocante à alegação de violação aos princípios constitucionais.

No mérito, restou provada nos autos a emissão de notas fiscais de saídas no mês julho de 2004 correspondentes às notas fiscais de entradas emitidas, bem como seus respectivos registros no Livro Registro de Saídas, e o recolhimento do ICMS - FUNDAP, razão pela qual é improcedente a ação fiscal.

DECISÃO

ACORDA a Segunda Câmara de Julgamento do Conselho Estadual de Recursos Fiscais em conhecer do recurso e, à unanimidade, dar-lhe provimento, para reformar a decisão de primeira instância, julgando improcedente a ação fiscal e insubsistente o auto de infração, de conformidade com o relatório e voto da conselheira relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Vitória, 02 de Junho de 2017.
GUSTAVO ASSIS GUERRA
Presidente
LIANE LUGON CACCIARI PASOLINI
Relatora
FRANCISCO AUGUSTO TEIXEIRA DE CARVALHO
Procurador - Representante da Fazenda Pública Estadual
Protocolo 319333

Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES -

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo nº: 74170678
Contrato nº: 07/2016
Pregão nº 0505/2013/SESA
Ata nº 969/2015/SESA
Contratante: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
Contratada: ALTERNA TELECOMUNICAÇÕES E CONECTIVIDADE LTDA.
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses a contar de 08/06/2017, com redução de 5,42% no valor unitário e inclusão do subitem 4.10. na Cláusula Quarta.
Valor Mensal: R\$ 14.091,68 (quatorze mil, noventa e um reais e sessenta e oito centavos).
Dotação Orçamentária
Atividade: 23.691.0013.2195,

Elemento de Despesa: 339039;
Fonte: 0271, do Exercício de 2017.
Vitória, 06 de junho de 2017.
Maria Elisa Zago Rocha
Presidente em Exercício da JUCEES
Protocolo 319393

ERRATA

Na Portaria nº 19, publicada no DOE de 02/06/17;

ONDE SE LÊ:

II - VIGÊNCIA Data de início: 29/05/2017 Data de término: 31/12/2018.

LEIA-SE:

II - VIGÊNCIA Data de início: 01/06/2017 Data de término: 31/12/2017.

Vitória, 06 de junho de 2017.

Maria Elisa Zago Rocha
Presidente da JUCEES Em Exercício
Protocolo 319440

Banco do Estado do Espírito Santo S/A - BANESTES -

RESUMO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE, Nº 97058.

CONTRATANTE: BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; BANESTES DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A; BANESTES SEGUROS S/A; BANESTES ADMINISTRADORA, CORRETORA DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO LTDA E OS FUNDOS DE INVESTIMENTOS BANESTES.

CONTRATADA: PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES.

OBJETIVO: - Emissão de Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR, em conformidade com a Instrução CVM Nº 202/93, Individuais e Consolidadas;

-Revisão dos questionários trimestrais, em atendimento à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP conforme previsto na Resolução CNSP Nº 321, de 15.07.15.

Valor: R\$ 235.866,66 (duzentos e trinta e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), em uma única vez. Vitória, ES, 06.06.2017.

GEACO/COSER
Protocolo 319344

Banestes Seguros S/A - BANSEG -

RESUMO DO CONTRATO, Nº125358.

DAS PARTES: BANESTES SEGUROS S.A. X SO3 ASSESSORIA OCUPACIONAL LTDA - EPP.

OBJETO: Contrato para prestação de serviços de perícia médica.

VALOR: Conforme previsto na Cláusula Segunda do contrato.

PRAZO: 12 meses, a contar de 21.05.2017.

Vitória, ES, 06.06.2017.

GEACO/COSER
Protocolo 319354

Secretaria de Estado da Saúde - SESA -

CONVOCAÇÃO EDITAL Nº 020 - 001/2017

Cronograma de Chamada 2ª etapa do Processo Seletivo (Região Metropolitana) Médico Regulador e Médico Clínico Geral para CADASTRO DE RESERVA de candidatos classificados em PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição legal, que lhe foi conferida pela Lei nº 3.043/75, Art. 46, **CONVOCA** os candidatos classificados no Edital 001/2017, a listagem dos convocados se encontra publicado no site www.selecao.es.gov.br a comparecerem no local, sendo Secretaria de Estado da Saúde, no dia **13/06/2017**, nos horários de **09h00 as 11h00** conforme descrito no Cronograma de Chamada, a fim de proceder a 2ª Etapa do Processo Seletivo, que compreende a comprovação dos requisitos de qualificação profissional, experiência profissional e formação do **CADASTRO DE RESERVA, sem a expectativa imediata da formalização do contrato.**

Vitória, 06 de junho de 2017

RICARDO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde
Protocolo 319318

CONVOCAÇÃO EDITAL Nº 051 - 113/2016.5

Cronograma de Chamada 2ª etapa do Processo Seletivo (Região Metropolitana) Técnico de Laboratório (Análises Clínicas) e Técnico de Enfermagem, (Região Centro-Oeste) Técnico de Enfermagem, (Região Nordeste) Técnico de Enfermagem UTI-ADULTO para CADASTRO DE RESERVA de candidatos classificados em PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 113/2016.5.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição legal, que lhe foi conferida pela Lei nº 3.043/75, Art. 46, **CONVOCA** os candidatos classificados no Edital 113/2016.5, a listagem dos convocados se encontra publicado no site www.selecao.es.gov.br a comparecerem no local, sendo Secretaria de Estado da Saúde, no dia **13/06/2017**, nos horários de **9h00 as 11h00 e de 13h30 as 16h30** conforme descrito no Cronograma de Chamada, a fim de proceder a 2ª Etapa do